

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

EDITAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 9.295/46, CNPJ: 17.188.574/0001-38, torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria CRCMG nº 157/2019, realizará licitação na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**. O procedimento licitatório observará integralmente as disposições da Lei nº 10.520/2002; dos Decretos nº 3.555/2000, nº 7.746/2012, nº 8.538/2015, nº 9.178/2017, nº 9.507/2018 e nº 10.024/2019; da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 155/2016 e nº 147/2014, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5/2017 e SEGES/MP nº 3/2018; aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo Pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital conforme indicado abaixo:

Data da abertura das propostas: 04/12/2019

Horário da abertura das propostas: 09h40min, respeitando o horário de Brasília/DF.

Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 925152

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a seleção da proposta mais vantajosa para aquisição de equipamentos de informática, sendo Switches e Nobreak, com garantia, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, peças, ferramentas, utensílios, cabos e todos os acessórios necessários, em quantidades e qualidades adequadas, para o correto funcionamento da solução e perfeita execução contratual, além de serviços de instalação e configuração; e suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva, nas condições e especificações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

1.2. A licitação será dividida em ITENS, facultando-se ao licitante a participação em ambos os casos, se forem de seu interesse, conforme relação indicada abaixo:

ITEM 1	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	QUANTIDADE
Switch de distribuição CORE	2
Garantia estendida da fabricante de 3 anos para Switch Core	2
Fontes de alimentação interna redundante	4
Modulo de empilhamento Switch	2
Cabo de empilhamento	2
Transceiver 10GB SFP LC SR	4
Módulo Transceiver	2
Cabo console RJ45 para DB9	2
Cabo serial AP-CBL-SER RAP-3	2
Switch de BORDA	5
Transceiver Gigabit	10
Serviços de implantação de toda a solução, física e lógica, com fornecimento dos insumos necessários. Serão aceitos os insumos equivalentes fornecidos no próprio equipamento que façam parte do projeto original do fabricante.	1

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

Suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva da solução por período de 12 (doze) meses.	1
Demais insumos exigidos no TR	-

ITEM 2	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	QUANTIDADE
Nobreak 6KVA modular monofásico senoidal com bancos de bateria	2
Quadro de alimentação para Nobreak conforme TR	1
Serviço de instalação dos Nobreaks, bancos de bateria e quadro de alimentação	1
Demais insumos exigidos no TR	-

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Integram este Edital os anexos I, II e III.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no plano de trabalho do CRCMG para o exercício de 2019, conforme indicação abaixo:

Projeto: 5010	Centro de Custo: 327	Conta contábil: 6.3.2.1.03.01.006
---------------	----------------------	-----------------------------------

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Para o ITEM 2 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

4.3.1. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação;

4.3.2. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança nesta Entidade contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor total do item;**

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

6.4. O licitante é a único responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o ITEM 1 e de R\$ 100,00 (cem reais) para o ITEM 2**.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

7.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

7.27.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.27.1.1. por empresas brasileiras;

7.27.1.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.27.1.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta de preços adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos que a compõe, necessários à comprovação das especificações técnicas e requisitos exigidos neste Edital.**

8.2. O pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto, devendo:

8.2.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

8.2.2. conter a identificação do licitante, os preços ofertados, em conformidade com último lance apresentado ou à negociação efetuada com o Pregoeiro, podendo utilizar como modelo o Anexo II deste Edital – Modelo de Proposta;

8.2.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.2.4. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@crcmg.org.br.

8.2.5. O prazo para envio da proposta poderá ser prorrogado, mediante solicitação escrita e justificada do licitante, via chat do sistema Comprasnet, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

8.3. Para comprovação das especificações do objeto, conforme cada ITEM, **deverá ser encaminhada juntamente com a proposta a seguinte documentação:**

8.3.1. Relativa ao ITEM 1:

8.3.1.1. Para o Switch Core:

8.3.1.1.1. Documentação indicando sua marca, modelo, Partnumber, especificações técnicas do equipamento e acessórios que serão necessários para averiguação de atendimento aos requisitos técnicos.

8.3.1.1.2. As especificações poderão ser apresentadas através de folhetos ou páginas da WEB que comprovem o pleno atendimento das especificações técnicas mínimas exigidas.

8.3.1.1.3. Certificado de Homologação na Anatel do equipamento, de acordo com a Resolução nº 242.

8.3.1.2. Para o Switch Borda:

8.3.1.2.1. Documentação indicando sua marca, modelo, *Partnumber*, especificações técnicas do equipamento e acessórios que serão necessários para averiguação de atendimento aos requisitos técnicos.

8.3.1.2.2. As especificações poderão ser apresentadas através de folhetos ou páginas da WEB que comprovem o pleno atendimento das especificações técnicas mínimas exigidas.

8.3.1.2.3. Certificado de Homologação na Anatel do equipamento, de acordo com a Resolução nº 242.

8.3.1.3. Para os serviços de implantação da solução, física e lógica, com fornecimento dos insumos necessários:

8.3.1.3.1. Certificado da Anatel para todos os Patch Cord's que serão usados na implantação da solução.

8.3.2. Relativa ao ITEM 2

8.3.2.1. NOBREAK 6KVA MODULAR MONOFÁSICO SENOIDAL

8.3.2.1.1. Documentação comprovando o registro do fabricante das baterias no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

8.3.2.1.2. Laudo físico-químico de composição, para cada tipo de produto, emitido por laboratório acreditado junto ao INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, ou outro documento comprobatório de que a composição das baterias ofertadas respeita os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme fixado na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

8.3.2.1.3. Documentação comprovando o registro do fabricante das baterias no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

8.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

8.6.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.9. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.9.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.10.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.11.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se a Planilha de Custos e Formação de Preços, bem como os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

8.12. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.12.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.12.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.12.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.12.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.12.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.12.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.12.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.17. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.18. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.3.1. O prazo para envio da documentação, acima previsto, poderá ser prorrogado, mediante solicitação escrita e justificada do licitante, via chat do sistema Comprasnet, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.3.2. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@crcmg.org.br.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8. Habilitação Jurídica

9.8.1. No caso de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.9. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.10. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.11. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira

9.10.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou de seu domicílio, dentro

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há menos de 1 (um) ano contado da data da sua apresentação.

9.10.1.1. O licitante será considerado habilitado pelo SICAF, quando o seu cadastro contiver o registro da referida Certidão atualizada.

9.10.1.2. Caso não conste no cadastro do SICAF do fornecedor a Certidão Negativa de Pedido de Falência e Concordata, o documento poderá ser consultado, pelo Pregoeiro, nos respectivos sítios oficiais emissores.

9.11. Qualificação técnica

9.11.1. **Em relação ao ITEM 1: 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o **fornecimento dos equipamentos, de sua instalação e configuração** e de **suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva**, em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente.

9.11.2. **Em relação ao ITEM 2: 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o **fornecimento dos equipamentos e de sua instalação**, em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente.

9.11.3. A Capacidade Técnica, referida no item 9.11.1, poderá ser comprovada por meio de apenas 1 (um) atestado, englobando os 3 (três) eventos, ou por meio de atestados distintos, comprovando cada evento.

9.11.4. A Capacidade Técnica, referida no item 9.11.2, poderá ser comprovada por meio de apenas 1 (um) atestado, englobando os 2 (dois) eventos, ou por meio de atestados distintos, comprovando cada evento.

9.11.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.5.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, quando solicitado pelo Pregoeiro, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18.1. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.18.1.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DOS RECURSOS

10.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de, no mínimo, trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para,

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR)

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

14.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

14.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

14.7. As condições de entrega, de pagamento, vigência, reajuste, recebimento do objeto e fiscalização, obrigações da contratada e do contratante, sanções e rescisão obedecerão às disposições constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital e da Lei nº 8.666/93.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, o licitante/adjudicatária que:

15.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta, salvo caso fortuito ou força maior;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

15.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.3. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

15.1.4. Não manter a proposta;

15.1.5. Cometer fraude fiscal; e

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo.

15.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação

15.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

15.3.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

15.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com órgãos e entidades da União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

15.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

15.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

15.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência – Anexo I – e na Minuta do Contrato – Anexo III – deste Edital.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

16.2. A impugnação poderá ser realizada de forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@crcmg.org.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da sede do CRCMG, Rua Cláudio Manoel, 639, Savassi, Belo Horizonte – MG.

16.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

16.4. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail licitacao@crcmg.org.br.

16.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

16.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.8. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sítio do CRCMG www.crcmg.org.br, e vincularão os participantes e a Administração.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances

17.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

17.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação

17.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação

17.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação

17.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração

17.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público

17.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital

17.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.crcmg.org.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na sede do CRCMG no endereço Rua Cláudio Manoel, nº 639, Savassi, Belo Horizonte - MG, nos dias úteis, no horário das 9h às 17h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados

17.14. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.15. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes será realizada, exclusivamente, por meio das ferramentas disponíveis no sistema Comprasnet, sendo vedado qualquer atendimento presencial ou por meio de ligações telefônicas.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

17.16. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior do CRCMG, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.17. Após a abertura da sessão pública do pregão, não caberá desistência de proposta, salvo se por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

17.18. A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada irregularidade no processo e/ou em seu julgamento, ou revogada por conveniência do CRCMG, sem que caiba às licitantes qualquer indenização.

17.19. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente e dos Princípios Gerais de Direito.

17.20. As dúvidas e divergências que, eventualmente, possam surgir e que não possam ser dirimidas diretamente entre as partes, ficarão sujeitas ao Foro da Justiça Federal – Seção Minas Gerais, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.21. É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data da realização da sessão pública, tendo em vista que quaisquer alterações referentes a este Edital serão disponibilizadas no referido endereço, opções Acesso Livre – Pregões – Agendados.

17.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos

17.22.1. Anexo I – Termo de Referência;

17.22.2. Anexo II – Modelo de Proposta;

17.22.3. Anexo III – Minuta do Contrato.

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2019.

Sergio Robson Mafra
Pregoeiro do CRCMG

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM 1 - SETOR SOLICITANTE

1.1. Gerência de Tecnologia da Informação

ITEM 2 – DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição de equipamentos de informática, sendo Switches e Nobreak, com garantia, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, peças, ferramentas, utensílios, cabos e todos os acessórios necessários, em quantidades e qualidades adequadas, para o correto funcionamento da solução e perfeita execução contratual; serviço de instalação e configuração; e serviço, de natureza continuada, de suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva, nas condições e especificações estabelecidas neste Anexo I – Termo de Referência.

2.2. Relação de equipamentos, insumos e serviços que compõem a solução:

ITEM 1	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	QUANTIDADE
Switch de distribuição CORE	2
Garantia estendida da fabricante de 3 anos para Switch Core	2
Fontes de alimentação interna redundante	4
Modulo de empilhamento Switch	2
Cabo de empilhamento	2
Transceiver 10GB SFP LC SR	4
Módulo Transceiver	2
Cabo console RJ45 para DB9	2
Cabo serial AP-CBL-SER RAP-3	2
Switch de BORDA	5
Transceiver Gigabit	10
Serviços de implantação de toda a solução, física e lógica, com fornecimento dos insumos necessários. Serão aceitos os insumos equivalentes fornecidos no próprio equipamento que façam parte do projeto original do fabricante.	1
Suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva da solução por período de 12 (doze) meses.	1
Demais insumos exigidos no TR	-

ITEM 2	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	QUANTIDADE
Nobreak 6KVA modular monofásico senoidal com bancos de bateria	2
Quadro de alimentação para Nobreak conforme TR	1
Serviço de instalação dos Nobreaks, bancos de bateria e quadro de alimentação	1
Demais insumos exigidos no TR	-

2.3. Especificações:

ITEM 1

2.3.1. ITEM 1 – AQUISIÇÃO DE SWITCH CORE E SWITCH BORDA

2.3.1.1. Incluem-se na aquisição do switch core e do switch borda, todos equipamentos que compõem a solução, bem como os insumos, ferramentas, serviços de implantação física e lógica e suporte técnico para manutenção preventiva e corretivas.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

2.3.1.2. Características:

2.3.1.2.1. Deve possuir no mínimo 24 portas RJ-45 autosensing 10/100/1000;

2.3.1.2.2. Deve suportar, através de módulos **adicionais**, o máximo de 4 portas 10 Gigabit Ethernet SFP+ ou 1 porta de 40 Gigabit Ethernet QSFP+;

2.3.1.2.3. Deve ser fornecido no mínimo 2 (dois) módulos para instalação de porta 10 gigabit;

2.3.1.2.4. Deve possuir, no mínimo, 1 (um) módulo de expansão, podendo ser utilizadas para uplinks, empilhamentos ou dados de usuários. Obrigatório fornecer módulo e cabo de empilhamento;

2.3.1.2.5. Deve suportar no mínimo 2 (dois) módulos de fonte internas ao equipamento. Obrigatório fornecimento de 2 (duas) fontes para operação em modo redundante;

2.3.1.2.6. Deve possuir porta dedicada de gerenciamento;

2.3.1.2.7. Deve possuir 1 (uma) interface RJ-45 ou serial para acesso console local;

2.3.1.2.8. Deve possuir latência de, no máximo, 2,8 µs;

2.3.1.2.9. Deve possuir memória SDRAM de no mínimo 2 Gbytes;

2.3.1.2.10. Deve possuir buffer de pacotes de no mínimo 13.5 Mbytes;

2.3.1.2.11. Deve possuir capacidade de encaminhamento de no mínimo 92.5Mpps;

2.3.1.2.12. Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 160Gbps;

2.3.1.2.13. Deve possuir Certificado de Homologação na Anatel, de acordo com a Resolução nº 242, a ser apresentada na fase de habilitação;

2.3.1.2.14. Deve possuir fontes de alimentação interna 110/220VAC;

2.3.1.2.15. Deve possuir fonte de alimentação interna redundante com características idênticas a fonte principal;

2.3.1.2.16. Deve possuir capacidade de, no mínimo, 10 (dez) equipamentos membros da mesma pilha;

2.3.1.2.18. Switching

2.3.1.2.18.1. Deve possuir tabela para 64.000 endereços MAC;

2.3.1.2.18.2. Deve implementar VLANs baseadas em MAC;

2.3.1.2.18.3. Deve suportar 4094 VLAN IDs;

2.3.1.2.18.4. Deve implementar registro dinâmico de VLAN com MVRP;

2.3.1.2.18.5. Deve suportar protocolo OpenFlow 1.3;

2.3.1.2.18.6. Deve implementar Jumbo frames nas interfaces Gigabit Ethernet e 10-Gigabit Ethernet;

2.3.1.2.18.7. Deve implementar Jumbo frames com tamanho de até 9000 bytes;

2.3.1.2.18.8. Deve implementar Ethernet link aggregation;

2.3.1.2.18.9. Deve implementar IEEE 802.1ad QinQ;

2.3.1.2.18.10. Deve implementar agregação de links em modo estático e dinâmico (LACP), com suporte a criação de até 144 grupos. Deve ser possível a formação de grupos com 8 portas;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

<p>2.3.1.2.18.11. Deve implementar IEEE 802.3x FlowControl;</p> <p>2.3.1.2.18.12. Deve implementar STP BPDU Protection (BPDU Guard);</p> <p>2.3.1.2.18.13. Deve implementar IEEE 802.1w RapidReconfigurationofSpanningTree;</p> <p>2.3.1.2.18.14. Deve implementar MSTP IEEE 802.1s com pelo menos 64 instâncias;</p> <p>2.3.1.2.18.15. Deve implementar UDLD ou DLDLP.</p> <p>2.3.1.2.19. Roteamento</p> <p>2.3.1.2.19.1. Deve implementar roteamento estático IPv4 e IPv6;</p> <p>2.3.1.2.19.2. Deve implementar RIP, RIPv2 e RIPng;</p> <p>2.3.1.2.19.3. Deve possuir no mínimo 512 interfaces de roteamento IP (VLAN Interface);</p> <p>2.3.1.2.19.4. O equipamento ofertado deve implementar roteamento baseado em política (PBR) para IPv4 e IPv6;</p> <p>2.3.1.2.19.5. O equipamento ofertado deve possuir tabela de roteamento com pelo menos 10 mil entradas IPv4 e 5 mil entradas IPv6;</p> <p>2.3.1.2.19.6. Deve suportar 256 rotas estáticas;</p> <p>2.3.1.2.19.7. O equipamento ofertado deve permitir autenticação em servidores RADIUS e TACACS+;</p> <p>2.3.1.2.19.8. Deve suportar dual stack IPv4/IPv6;</p> <p>2.3.1.2.19.9. Deve implementar BidirectionalForwardingDetection (BFD), suportando redução do tempo de convergência para OSPF e VRRP;</p> <p>2.3.1.2.19.10. Deve implementar OSPF v2 e OSPF v3;</p> <p>2.3.1.2.19.11. Deve implementar BGP.</p> <p>2.3.1.2.20. QoS</p> <p>2.3.1.2.20.1. Deve implementar 8 filas port cada porta;</p> <p>2.3.1.2.20.2. Deve implementar trafficshapping;</p> <p>2.3.1.2.20.3. Deve implementar classificação de tráfego utilizando informações de camada 2, 3 e 4;</p> <p>2.3.1.2.20.4. Deve implementar priorização do trafego em camada 4, baseado em número de portas TCP/UDP.</p> <p>2.3.1.2.21. Segurança</p> <p>2.3.1.2.21.1. Deve implementar autenticação 802.1x de múltiplos usuários por porta, simultaneamente;</p> <p>2.3.1.2.21.2. Deve implementar segurança orientada por identidade e controle de acesso por usuário através de ACLs que permitam ou negue o acesso do usuário aos recursos de rede específicos, com base na identidade do usuário;</p> <p>2.3.1.2.21.3. Atribuição VLAN automática, automaticamente atribui os usuários para a VLAN apropriada, com base em suas identidades.";</p> <p>2.3.1.2.21.4. Deve implementar accounting RADIUS;</p> <p>2.3.1.2.21.5. Deve implementar TACACS+;</p> <p>2.3.1.2.21.6. Deve implementar proteção contra-ataques de ARP;</p>

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

- 2.3.1.2.21.7. Deve implementar proteção contra IP spoofing (IP sourceguard);
- 2.3.1.2.21.8. Deve implementar SNMP v1, v2 e v3;
- 2.3.1.2.21.9. Deve implementar detecção de ataques maliciosos e enviar um aviso quando uma anomalia potencial, causada pelo ataque mal-intencionado, for detectado;
- 2.3.1.2.21.10. Deve suportar o isolamento de portas e VLANs, de forma que uma porta ou VLAN isolada não possa enviar tráfego para outra porta isolada do mesmo switch;
- 2.3.1.2.21.11. Deve implementar segurança do gerenciamento do switch em métodos de acesso CLI, GUI ou MIB, através de SSHv2, SSL e SNMPv3;
- 2.3.1.2.21.12. Deve implementar autenticação baseado em porta ou endereço MAC;
- 2.3.1.2.21.13. Deve implementar autenticação utilizando navegadores web, possibilitando que clientes que não possuem cliente 802.1x possam autenticar;
- 2.3.1.2.21.14. Deve suportar port-security;
- 2.3.1.2.22. Gerenciamento**
- 2.3.1.2.22.1. O equipamento ofertado deve permitir múltiplos arquivos de configuração;
- 2.3.1.2.22.2. Deve suportar espelhamento remoto;
- 2.3.1.2.22.3. Deve implementar Secure File TransferProtocol;
- 2.3.1.2.22.4. Deve implementar LLDP;
- 2.3.1.2.22.5. Deve implementar LLDP-MED;
- 2.3.1.2.22.6. Deve implementar SNMP v4;
- 2.3.1.2.22.7. O equipamento ofertado deve Implementar Sflow ou Netflow;
- 2.3.1.2.22.8. Deve implementar as seguintes MIBs:
- 2.3.1.2.22.8.1. Deve implementar RFC 1213 MIB II;
- 2.3.1.2.22.8.2. Deve implementar RFC 2096 IP ForwardingTable MIB;
- 2.3.1.2.22.8.3. Deve implementar RFC 2571 SNMP Framework MIB;
- 2.3.1.2.22.8.4. Deve implementar RFC 2572 SNMP-MPD MIB;
- 2.3.1.2.22.8.5. Deve implementar RFC 2573 SNMP-Notification MIB;
- 2.3.1.2.22.8.6. Deve implementar RFC 2574 SNMP USM MIB;
- 2.3.1.2.22.8.7. Deve implementar RFC 2737 Entity MIB (Version 2);
- 2.3.1.2.22.8.8. Deve implementar RFC 3414 SNMP-Userbased-SM MIB;
- 2.3.1.2.22.8.9. Deve implementar RFC 3415 SNMP-Viewbased-ACM MIB;
- 2.3.1.2.22.8.10. Deve implementar RFC 2668 802.3 MAU MIB;
- 2.3.1.2.22.8.11. Deve implementar RFC 3418 MIB for SNMPv3.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

- 2.3.1.2.22.9. Deve ser fornecido com a versão de software mais completa disponível para o equipamento;
- 2.3.1.2.22.10. Deve ser fornecido com todas as licenças de software necessárias para o funcionamento integral de todas as funcionalidades disponíveis para o equipamento;
- 2.3.1.2.23. SWITCH DE BORDA**
- 2.3.1.2.23.1. Deve possuir no mínimo 24 (vinte e quatro) portas 10/100/1000 Gigabit, com conector RJ-45;
- 2.3.1.2.23.2. Deve possuir no mínimo 4 (quatro) portas fixas tipo STP;
- 2.3.1.2.23.3. Deve ser fornecido dois módulos para instalação de porta 1GB SFP LC multimodo;
- 2.3.1.2.23.4. Deve possuir 1 (uma) interface dual, RJ-45 ou USB serial para acesso console local;
- 2.3.1.2.23.5. Deve possuir latência de, no máximo, 2,3 µs;
- 2.3.1.2.23.6. Deve possuir memória DIMM de no mínimo 256Mbytes;
- 2.3.1.2.23.7. Deve possuir buffer de pacotes de no mínimo 1,5 Mbytes;
- 2.3.1.2.23.8. Deve possuir capacidade de encaminhamento de no mínimo 41Mpps;
- 2.3.1.2.23.9. Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 56Gbps;
- 2.3.1.2.23.10. Deve possuir Certificado de Homologação na Anatel, de acordo com a Resolução nº 242, a ser apresentada na fase de habilitação;
- 2.3.1.2.23.11. Deve possuir fontes de alimentação interna 110/220VAC;
- 2.3.1.2.23.12. Deve possuir capacidade de, no mínimo, 16 (dezesesseis) equipamentos virtuais membros da mesma pilha.
- 2.3.1.2.24. Switching**
- 2.3.1.2.24.1. Deve possuir tabela para 16.000 endereços MAC;
- 2.3.1.2.24.2. Deve implementar VLANs baseadas em MAC;
- 2.3.1.2.24.3. Deve suportar 4094 VLAN IDs;
- 2.3.1.2.24.4. Deve implementar Jumbo frames com tamanho de até 9000 bytes;
- 2.3.1.2.24.5. Deve implementar Ethernet link aggregation;
- 2.3.1.2.24.6. Deve implementar IEEE 802.3x FlowControl;
- 2.3.1.2.24.7. Deve implementar STP BPDU Protection;
- 2.3.1.2.24.8. Deve implementar IEEE 802.1w RapidReconfigurationofSpanningTree;
- 2.3.1.2.24.9. Deve implementar MSTP IEEE 802.1s.
- 2.3.1.2.25. Roteamento**
- 2.3.1.2.25.1. Deve implementar roteamento estático IPv4 e IPv6;
- 2.3.1.2.25.2. O equipamento ofertado deve possuir tabela MAC com pelo menos 16 mil entradas;
- 2.3.1.2.25.3. O equipamento ofertado deve permitir autenticação em servidores RADIUS e TACACS+;
- 2.3.1.2.25.4. Deve suportar dual stack IPv4/IPv6;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

2.3.1.2.26. QoS

2.3.1.2.26.1. Deve implementar 4 filas port cada porta;

2.3.1.2.26.2. Deve implementar classificação serviços (Cos);

2.3.1.2.26.3. Deve implementar priorização do trafego, baseado em número de portas TCP/UDP;

2.3.1.2.27. Segurança

2.3.1.2.27.1. Deve implementar autenticação 802.1x de múltiplos usuários por porta, simultaneamente;

2.3.1.2.27.2. Atribuição VLAN automática, automaticamente atribui os usuários para a VLAN apropriada, com base em suas identidades.";

2.3.1.2.27.3. Deve implementar accounting RADIUS;

2.3.1.2.27.4. Deve implementar TACACS+;

2.3.1.2.27.5. Deve implementar proteção contra ataques de ARP;

2.3.1.2.27.6. Deve implementar SNMP v1, v2 e v3;

2.3.1.2.27.7. Deve implementar segurança do gerenciamento do switch em métodos de acesso CLI, GUI ou MIB, através de SSHv2, SSL e SNMPv3;

2.3.1.2.27.8. Deve implementar autenticação baseado em porta ou endereço MAC;

2.3.1.2.27.9. Deve implementar autenticação utilizando navegadores web, possibilitando que clientes que não possuem cliente 802.1x possam autenticar;

2.3.1.2.27.10. Deve suportar port-security;

2.3.1.2.28. Gerenciamento

2.3.1.2.28.1. O equipamento ofertado deve permitir múltiplos arquivos de configuração;

2.3.1.2.28.2. Deve suportar espelhamento por porta;

2.3.1.2.28.3. Deve implementar Secure File TransferProtocol;

2.3.1.2.28.4. Deve implementar LLDP;

2.3.1.2.28.5. Deve implementar LLDP-MEd;

2.3.1.2.28.6. Deve implementar SNTP v4;

2.3.1.2.28.7. O equipamento ofertado deve Implementar Sflow ou Netflow;

2.3.1.2.28.8. Deve implementar as seguintes MIBs:

2.3.1.2.28.8.1. Deve implementar RFC 1213 MIB II;

2.3.1.2.28.8.2. Deve implementar RFC 2737 Entity MIB (Version 2);

2.3.1.2.28.8.3. Deve implementar RFC 3414 SNMP-Userbased-SM MIB;

2.3.1.2.28.8.4. Deve implementar RFC 3415 SNMP-Viewbased-ACM MIB;

2.3.1.2.28.8.5. Deve implementar RFC 2668 802.3 MAU MIB;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

2.3.1.2.28.8.6. Deve implementar RFC 3418 MIB for SNMPv3.

2.3.1.2.28.9. Deve ser fornecido com a versão de software mais completa disponível para o equipamento;

2.3.1.2.28.10. Deve ser fornecido com todas as licenças de software necessárias para o funcionamento integral de todas as funcionalidades disponíveis para o equipamento;

2.3.1.2.28.11. O equipamento ofertado deve possuir certificado de homologação na Anatel, de acordo com a resolução nº 242; a ser apresentado na fase de habilitação;

2.3.1.2.29. SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO, FÍSICA E LÓGICA, COM FORNECIMENTO OS INSUMOS NECESSÁRIOS

2.3.1.2.29.1. O serviço de instalação e configuração da solução ofertada deverá atender aos seguintes requisitos:

2.3.1.2.29.1.1. Todas as fases de planejamento da instalação e configuração deverão ser realizadas por técnicos da licitante, com capacidade técnica necessária para a execução do serviço, com acompanhamento dos técnicos do CRCMG;

2.3.1.2.29.1.2. Entende-se por instalação física da solução a montagem de todos os equipamentos e acessórios fornecidos, bem como sua configuração lógica de acordo com o cenário requerido a ser previamente discutido entre o CRCMG e a licitante vencedora, obedecendo as recomendações do fabricante;

2.3.1.2.29.1.3. Após concluída a instalação, a licitante vendedora deverá fornecer documentação detalhada da solução implementada, com a topologia física e lógica descritas;

2.3.1.2.29.1.4. Os equipamentos ofertados nesta proposta deverão ser instalados no rack de conectividade do CPD considerando-se a topologia atual existente, para garantir alta disponibilidade e redundância dos equipamentos principais;

2.3.1.2.29.1.5. A proposta comercial deverá relacionar todos os equipamentos propostos, indicando sua marca, modelo e *Partnumber* para todos equipamentos e acessórios que serão necessários para averiguação de atendimento aos requisitos técnicos;

2.3.1.2.29.1.6. Deverão ser anexados à proposta comercial PDF's, folhetos ou páginas da *WEB* que comprovem o pleno atendimento das especificações técnicas mínimas exigidas.

2.3.1.2.30. A licitante vendedora deverá prestar serviços de instalação física e lógica considerando os procedimentos abaixo:

2.3.1.2.30.1. Remoção dos equipamentos existentes;

2.3.1.2.30.2. Limpeza dos *Rack's* para receber os novos equipamentos;

2.3.1.2.30.3. Instalação dos equipamentos a serem fornecidos no rack existente;

2.3.1.2.30.3.1. Ativação de todos os pontos, com fornecimento de planilha de identificação dos pontos lógicos.

2.3.1.2.30.4. Instalação dos módulos de expansão e *Transceivers*;

2.3.1.2.30.5. Conexão dos cabos de alimentação;

2.3.1.2.30.6. Fornecimento de 02 (duas) régua de alimentação com padrão de tomadas novo, 2P+T de 20A, com mínimo de 8 tomadas;

2.3.1.2.30.7. Conexão dos cabos de dados aos equipamentos de entrada, como Modems, roteadores, servidores etc.);

2.3.1.2.30.8. Fornecimento de todos os *Patch Cord's* novos para alimentação dos switches ao patch panel, com comprimentos de 2,5 e 3mts, categoria 6, montados em fábrica, com certificação ANATEL, para substituir o cabeamento existente;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

2.3.1.2.30.9. Fornecimento de todos os *Patch Cord's* óticos novos para alimentação dos switches com comprimento de 2,5mts tipo LC/LC duplex multimodo, montados em fábrica, com certificação ANATEL, necessários para a alimentação dos equipamentos;

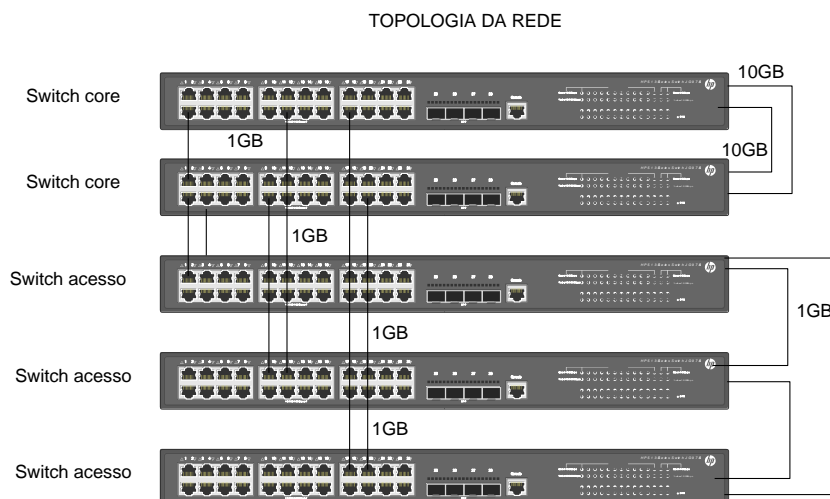
2.3.1.2.30.10. Execução de testes de *Start Up*;

2.3.1.2.30.11. Verificação de funcionamento dos equipamentos e testes de continuidade de sinal;

2.3.1.2.30.12. Elaboração de planilha de ativação dos equipamentos ativos;

2.3.1.2.30.13. As comprovações de certificação na Anatel deverão ser realizadas na fase de habilitação.

2.3.1.2.31. Para configuração lógica dos Switches, devem ser adotadas as seguintes práticas, considerando-se a topologia abaixo desciminada:



2.3.1.2.31.1. Verificação do sistema operacional dos equipamentos e instalação da versão correta. Caso seja necessário alterar o sistema operacional dos servidores para melhor desempenho da solução, esse deverá ser executado pelo CRCMG.

2.3.1.2.31.2. Verificação de todos os endereços IP's de Gerência;

2.3.1.2.31.3. Controle de acesso e Autenticação;

2.3.1.2.31.4. Servidor de arquivos;

2.3.1.2.31.5. Definição de senhas nos equipamentos;

2.3.1.2.31.6. Parâmetros de SNMP;

2.3.1.2.31.7. VLAN's – Virtual LANs

2.3.1.2.31.8. Interface de gerenciamento (SSH, HTTP, etc)

2.3.1.2.31.9. Interfaces de roteamento IP;

2.3.1.2.31.10. Protocolos de convergência: *SpanningTree*, RSP;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

- 2.3.1.2.31.11. *Access Control/Lists* para bloqueio de tráfego indevido;
- 2.3.1.2.31.12. Agregação de Links;
- 2.3.1.2.31.13. Balanceamento de carga;
- 2.3.1.2.31.14. Requisitos de segurança adotados pelo CRCMG;
- 2.3.1.2.31.15. Backup das configurações;
- 2.3.1.2.31.16. Testes de conectividade;
- 2.3.1.2.31.17. Controle de acesso 802.1x;
- 2.3.1.2.31.18. Parâmetros de autenticação nos *Switches*;
- 2.3.1.2.31.19. Alta disponibilidade e redundância;
- 2.3.1.2.31.20. Conectividade com servidor de autenticação *Radius*;
- 2.3.1.2.31.21. Configuração de parâmetros em eventuais *Access points*;
- 2.3.1.2.31.22. Deverão ser configuradas todas as características disponíveis nos equipamentos e solicitadas pelo CRCMG, em reunião previa de planejamento da configuração solicitada;
- 2.3.1.2.31.23. A instalação e configuração definitivas do equipamento poderá ser feita fora do horário normal de expediente do CRCMG a fim de minimizar o impacto da migração nas atividades do CRCMG.
- 2.3.1.2.32. Suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva da solução**
- 2.3.1.2.32.1. Serviços:**
- 2.3.1.2.32.1.1. Atualização de firmware e releases disponibilizado pelo fabricante;
- 2.3.1.2.32.1.2. Realização de backup das configurações;
- 2.3.1.2.32.1.3. Verificação mensal de níveis de criticidade com solução do problema;
- 2.3.1.2.32.1.4. Atendimento a chamados para serviços indisponíveis;
- 2.3.1.2.32.1.5. Atendimento a chamados para ocorrência de alarmes, consultas sobre problemas e orientações para administração da solução implantada.
- 2.3.1.2.33. O prazo para atendimento da solução dos chamados deverá ocorrer conforme abaixo:**
- 2.3.1.2.33.1. Serviços totalmente indisponíveis deverão ser atendidos em um prazo máximo de 2 (duas) horas;
- 2.3.1.2.33.2. Serviços parcialmente indisponíveis, com degradação de desempenho/funcionalidade ou ocorrência de mal funcionamento deverão ser atendidos em um prazo máximo de 4 (quatro) horas;
- 2.3.1.2.33.3. Serviços disponíveis com ocorrência de alarmes, consultas sobre problemas, dúvidas gerais sobre a execução de configurações, orientações para a administração da solução e demais questionamentos sobre a utilização deverão ser atendidos em um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, com resposta até 72 (setenta e duas) horas após a abertura do chamado;
- 2.3.1.2.33.4. O atendimento só será considerado concluído após o aceite formal da equipe técnica do CRCMG;
- 2.3.1.2.33.5. O nível de severidade deverá ser informado pelo CRCMG no ato de abertura do chamado;
- 2.3.1.2.33.6. O nível de severidade poderá ser reclassificado pelo CRCMG;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

2.3.1.2.33.7. É necessário a autorização do CRCMG para qualquer modificação da solução.

2.3.1.2.34. Atendimento

2.3.1.2.34.1. O atendimento deverá ser prestado no regime 24x7, abrangendo serviços de configuração, parametrização, encaminhamento de problemas e acompanhamento da solução.

2.3.1.2.34.2. A CONTRATADA deverá informar o telefone, endereço eletrônico e/ou site na internet para a abertura de chamado de suporte técnico.

2.3.1.2.34.3. A abertura de chamados técnicos na central de atendimento poderá ser realizada das seguintes maneiras:

2.3.1.2.34.3.1. Ligações telefônicas locais ou gratuitas 0800. No caso de 0800, ficará a CONTRATADA obrigada a permitir o recebimento de ligações de telefones fixos e móveis;

2.3.1.2.34.3.2. E-mail;

2.3.1.2.34.3.3. Website.

2.3.1.2.34.3.4. Para todas as maneiras de abertura de chamados técnicos possíveis junta a CONTRATADA, será considerada a data e a hora do registro para início da contagem dos prazos de atendimento dos chamados técnicos, levando em consideração as severidades definidas na abertura do chamado.

2.3.1.2.34.3.5. Deverá a CONTRATADA, providenciar o registro de todo e qualquer chamado, independentemente de sua natureza, contendo, no mínimo, o registro das seguintes informações:

2.3.1.2.34.3.5.1. Número do chamado/registro com data e hora de abertura;

2.3.1.2.34.3.5.2. Identificação da CONTRATADA;

2.3.1.2.34.3.5.3. Identificação do atendente;

2.3.1.2.34.3.5.4. Data e hora do início e término (reparo) do chamado.

2.3.1.1.1.34.3.5. Descrição detalhada da ocorrência como identificação do problema, providências adotadas (solução) e demais informações pertinentes ao chamado.

2.3.1.2.34.4. Todos os custos relacionados com os serviços de suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva da solução correrá por conta da licitante vencedora, sem nenhum ônus adicional para o CRCMG, além do valor contratado, durante o período de vigência do contrato, mesmo quando for necessário o transporte, por correio ou transportadora, de equipamentos e/ou peças necessários para o cumprimento do contrato.

2.3.1.2.35. Confidencialidade

2.3.1.2.35.1. A CONTRATADA tratará confidencialmente todos os documentos, dados e informações que lhe forem fornecidos ou mesmo por ela elaborados ou caso tenha acesso, em virtude dos serviços ora contratados. A divulgação e/ou reprodução, parcial ou integral, em qualquer tipo de mídia existente no mercado, de qualquer informação privilegiada, para fim diverso do estipulado neste contrato, somente poderá ser feita mediante prévia autorização, por escrito, do CRCMG.

2.3.1.2.35.2. Todas as informações, dados e documentos entregues à Contratada serão aceitos e/ou elaborados em caráter confidencial, não devendo ser divulgados a terceiros em qualquer tempo, exceto se houver autorização expressa por escrito do CRCMG.

2.3.1.2.35.3. CONTRATADA se obriga a obter de seus empregados, representantes, prepostos ou subcontratados, compromisso idêntico de sigilo, com relação a essas informações, dados e documentos.

ITEM 2

2.3.2. ITEM 2 - NOBREAK 6KVA MODULAR MONOFÁSICO SENOIDAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

2.3.2.1. Características

2.3.2.1.1. Nobreak Monofásico modular 6KVA senoidal, alta performance e confiabilidade;

2.3.2.1.2. Permitir a instalação em racks de 19";

2.3.2.1.3. Tensão de entrada 220V, com configuração Monofásico (F+N+T) ou bifásico (F+F+T), frequência 60Hz;

2.3.2.1.4. Tensão de saída 220V e/ou 116V, com configuração Monofásico (F+N) ou bifásico (F+F), Fato de potência mínima de 0,8, variação tensão de saída +/- 5%, Distorção Harmônica entre 1% e 5% máxima para plena carga (carga Linear), proteção contra curto circuito na saída;

2.3.2.1.5. Proteções de sobrecarga;

2.3.2.1.6. Proteção de sobrecorrente;

2.3.2.1.7. Proteções de curto circuito;

2.3.2.1.8. Proteções de sub e sobre tensão;

2.3.2.1.9. Sensor de temperatura;

2.3.2.1.10. Desligamento automático em caso de mínima tensão de bateria.

2.3.2.2. Bateria

2.3.2.2.1. Baterias tipo selada reguladas por válvula (VRLA);

2.3.2.2.2. Proteção contra descarga total da bateria;

2.3.2.2.3. Corrente de recarga até 5A;

2.3.2.2.4. Temperatura de operação entre 20° a 25°C para máxima vida útil das baterias;

2.3.2.2.5. Fornecer banco de bateria para autonomia mínima de 50min a plena carga;

2.3.2.2.6. Podem ser instaladas em rack padrão 19" e/ou banco de baterias externo ao rack;

2.3.2.2.7. Deverá ser fornecido um banco de baterias por nobreak.

2.3.2.2.8. Deverá ser apresentado na proposta comprovante de registro do fabricante das baterias no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei;

2.3.2.2.9. Só será admitida a oferta de baterias:

2.3.2.2.9.1. cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio conforme fixado na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, devendo a proponente apresentar laudo físico-químico de composição, para cada tipo de produto, emitido por laboratório acreditado junto ao INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, ou outro documento comprobatório de que a composição das baterias ofertadas respeita aqueles limites máximos;

2.3.2.2.9.2. cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

2.3.2.2.9.3. As comprovações acima deverão ser feitas na fase de habilitação.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

2.3.2.3. Gerenciamento

2.3.2.3.1. Deverá ser fornecido com módulo de gerenciamento, incluindo os cabos de conexão;

2.3.2.3.2. Permitir operações do ti via HTTP e Telnet;

2.3.2.3.3. Possuir conexão serial RS232 ou USB;

2.3.2.3.4. Protocolo TCP/IP;

2.3.2.3.5. Monitoramento de tensões, correntes e potências, tanto na entrada quanto na saída das baterias;

2.3.2.3.6. Acesso a relatórios de eventos de falta de energia e estatísticas de alarme;

2.3.2.3.7. Emitir notificações de alarme via e-mail;

2.3.2.4. Operação

2.3.2.4.1. Deverá ser fornecido e instalado quadro de transferência automática, dotado de quadro com chave Bypass para manutenções, garantindo a alta disponibilidade do sistema, conforme orientações de alimentação do fabricante do nobreak. A montagem do quadro de deverá estar de acordo com as normas aplicáveis da ABNT NBR IEC-62271-200:2007/IEC 60529/IEC 60439-3/60439-1/62208. A empresa montadora dos quadros de baixa tensão deverá comprovar, na fase de habilitação; configuração TTA com a apresentação dos 7 ensaios, sendo esses: Propriedades Dielétricas; Corrente Suportável de Curto-circuito; Eficácia do Circuito de Proteção, Distâncias de Isolamento e Escoamento; Funcionamento Mecânico e Grau de Proteção.

2.3.2.4.2. Deverão ser instalados os Nobreaks e demais insumos necessários para seu pleno funcionamento.

ITEM 3 – JUSTIFICATIVA COM INTERESSE PÚBLICO EVIDENCIADO

Atualmente os equipamentos e serviços de informática tornaram-se imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades tanto da Administração Pública quanto da iniciativa privada, servindo de base à prestação de inúmeros serviços.

A aquisição de equipamentos de informática visa garantir que a Entidade disponha de parque tecnológico permanentemente moderno e atualizado, possibilitando a substituição dos equipamentos que se encontram obsoletos e com rendimento insuficiente, bem como a expansão e a melhoria dos recursos de tecnologia da informação indispensáveis às atividades desempenhas pelo CRCMG em todas as suas áreas.

Os Nobreaks, atuarão em caráter de contingência, estabilizando a rede assim que identificarem oscilação na tensão elétrica ou a interrupção de energia, evitando, dessa forma, que dispositivos neles conectados sejam desligados bruscamente ou recebam carga elétrica indevida, reduzindo assim a probabilidade de danos aos equipamentos sob sua proteção.

Deve-se ter em conta, que, na região onde CRCMG está localizado, são recorrentes as quedas de rede de energia, o que causa a interrupção do fornecimento de eletricidade para a sede, podendo ocasionar, além da indisponibilidade, danos aos equipamentos, em especial aos switches de rede, mais sensíveis as oscilações e quedas bruscas de energia;

Com relação ao Nobreak, na sala onde ficam servidores, sistema de câmeras de segurança, sistema de telefonia, Firewall, roteadores de internet e de Wifi, e Switches, existe um Nobreak responsável por suportar a falta de energia desses equipamentos. Porém, este equipamento não possui mais garantia. Recebeu algumas manutenções, mas já ultrapassou seu tempo de vida útil e, por ser um equipamento de grande importância, precisa ser substituído.

Os switches de rede são equipamentos utilizados para conexão dos diversos dispositivos que compõem a solução de rede corporativa do CRCMG. É através destes equipamentos que os servidores, computadores e impressoras se comunicam. Ocorre que esses equipamentos já ultrapassaram seu tempo de vida útil, não possuem garantia e não dispõem de suporte técnico, uma vez que a fabricante foi vendida e este produto não existe mais no mercado brasileiro há alguns anos, sendo, portanto, necessária sua substituição, objetivando a modernização da estrutura correspondente.

No Plano de Trabalho 2019 do CRCMG, há a previsão do projeto 5010, que se destina ao investimento na atualização do parque de informática, que visa mantê-lo compatível com as necessidades de segurança, de desempenho e de compatibilidade com os sistemas atualmente utilizados. Além disso, a aquisição busca cumprir política do Conselho Federal de Contabilidade, estendida aos Conselhos Regionais, que contam, inclusive, com apoio financeiro para atualização e ampliação dos seus parques de tecnológicos. Conforme diretrizes do PDTI 2019 do CRCMG a previsão é de atualização

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

de 1/3 dos computadores por ano, substituindo, bem como, de modo geral, promovendo a ampliação e a renovação contínua da infraestrutura de TI do CRCMG.

ITEM 4 - INDICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Centro de Custo: 327	Projeto: 5010	Conta contábil: 6.3.2.1.03.01.006
----------------------	---------------	-----------------------------------

ITEM 5 – PRAZO PREVISTO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO OU DE ENTREGA DO OBJETO

5.1. A contratada deverá cumprir, rigorosamente, os seguintes prazos:

5.1.1. O prazo para total de entrega dos equipamentos e instalação e configuração será de até 90 (noventa) dias corridos, contado da assinatura do contrato, devendo ser respeitado o seguinte cronograma:

5.1.1.1. O prazo de aquisição dos equipamentos é de até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato.

5.1.1.2. O prazo de instalação e configuração dos equipamentos é de 30 (trinta) dias, contados da entrega dos equipamentos.

5.1.2. Havendo a entrega dos equipamentos em período inferior a 60 (sessenta) dias, contado da assinatura do contrato, o prazo remanescente não será acrescido ao da instalação e configuração.

ITEM 6 – LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ENTREGA DO MATERIAL

6.1. A entrega do(s) equipamento(s) e/ou serviço(s) deverão ocorrer na sede do CRCMG, localizada na Rua Cláudio Manoel, nº 639, bairro Savassi, Belo Horizonte – MG.

6.1.1. Os custos decorrentes da entrega dos equipamentos correrão por conta da CONTRATADA.

6.2. A entrega deverá ocorrer no período compreendido de segunda a sexta-feira e no horário das 9h às 11h30 e das 13h30 às 17h30min.

6.3. O(s) equipamento(s) devem estar dispostos em embalagens limpas, íntegras, sem rasgos ou amassados, e sem sinais de agentes externos que possam comprometer a qualidade, e devem ter capacidade compatível ao acondicionamento e estocagem adequados do produto. Sempre que possível, as embalagens devem ocupar o menor volume possível e utilizar materiais recicláveis a fim de garantir a sustentabilidade das compras públicas, conforme item III do art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG.

6.4. Por ocasião da entrega do(s) equipamento(s) e/ou serviço(s) na sede do CRCMG, seu recebimento será feito em caráter provisório. O aceite definitivo, com a liberação da nota fiscal para pagamento, está condicionado ao atendimento de todas as exigências contidas neste Termo de Referência.

6.5. O(s) equipamento(s) e/ou serviço(s) poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e/ou proposta comercial, ou quando fornecidos com defeito, devendo ser substituídos às expensas do fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da devida notificação de rejeição manifestada pelo CRCMG.

6.6. Neste caso, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório e o reinício da contagem dos prazos.

6.7. O(s) equipamento(s) e/ou serviço(s) serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da entrega, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação pelo CRCMG, na forma do art. 73, inciso II e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

6.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser precedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da utilização do material fornecido.

6.10. O fornecedor deverá informar, se for o caso, qualquer condição especial para armazenamento e /ou transporte do produto/material fornecido.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

ITEM 7 – MODALIDADE DA LICITAÇÃO

7.1. Pregão Eletrônico.

ITEM 8 – TIPO DE LICITAÇÃO

8.1. Menor Preço.

ITEM 9 – VALOR DE REFERÊNCIA

9.1. O valor de referência, que corresponde ao valor máximo que o CRCMG se propõe a pagar pela aquisição de do ITEM 1 e do ITEM 2, que compõe o objeto desta Licitação, estão discriminados nas tabelas abaixo:

ITEM 1			
ITEM	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	QUANTIDADE	Valor total máximo admitido
1	Switch de distribuição CORE	2	R\$ 168.147,68
	Garantia estendida da fabricante de 3 anos para Switch Core	2	
	Fontes de alimentação interna redundante	4	
	Modulo de empilhamento Switch	2	
	Cabo de empilhamento	2	
	Transceiver 10GB SFP LC SR	4	
	Módulo Transceiver	2	
	Cabo console RJ45 para DB9	2	
	Cabo serial AP-CBL-SER RAP-3	2	
	Serviços de implantação da solução, física e lógica, com fornecimento dos insumos necessários. Serão aceitos os insumos equivalentes fornecidos no próprio equipamento que façam parte do projeto original do fabricante.	1	
	Suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva da solução por período de 12 (doze) meses.	1	
	Demais insumos exigidos no TR	-	
	Switch de BORDA	5	
	Transceiver Gigabit	10	
	Serviços de implantação da solução, física e lógica, com fornecimento dos insumos necessários. Serão aceitos os insumos equivalentes fornecidos no próprio equipamento que façam parte do projeto original do fabricante.	1	
	Suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva da solução por período de 12 (doze) meses.	1	
	Demais insumos exigidos no TR	-	

ITEM 2			
ITEM	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	QUANTIDADE	Valor total máximo admitido
2	Nobreak 6KVA modular monofásico senoidal com bancos de bateria	2	R\$ 35.550,26
	Quadro de alimentação para Nobreak conforme TR	1	
	Serviço de instalação dos Nobreaks, bancos de bateria e quadro de alimentação	1	

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

9.2. Os preços ofertados pelas licitantes não poderão ser superiores aos preços unitários estabelecidos para cada item constante do ITEM 1 e do ITEM 2.

9.3. No valor que vir a oferecer deverão ser incluídas todas as despesas com os profissionais e equipamentos, bem como, taxas, alimentação, transporte, hospedagem, enfim, todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, resultantes do fornecimento objeto deste Procedimento.

ITEM 10 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a que apresentar **MENOR PREÇO TOTAL DO ITEM**, desde que atendidas às especificações constantes deste Edital e de seus Anexos.

10.2. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, apresente:

a) vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei, assim como as que não se encontrem em conformidade com os requisitos estabelecidos no presente Edital;

b) preços ofertados superiores aos admitidos para cada item, conforme estabelecido no *ITEM 9 – VALOR DE REFERÊNCIA*.

10.3. O julgamento das propostas será de acordo com a sistemática do site de compras denominado www.comprasnet.gov.br, em consonância com a legislação vigente.

ITEM 11 – FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1. O CRCMG efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal com as devidas deduções legais.

11.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.1.2. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Serão descontados sobre o pagamento a ser realizado, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

11.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \\ I = 0,00016438$$

11.11. Os preços são fixos e irreajustáveis.

ITEM 12 – GARANTIA E MANUTENÇÃO

12.1. Deverá ser prestada garantia técnica com as seguintes características em relação a cada ITEM:

12.1.1. Para os ITENS 01 e 02 (SWITCH CORE) e (SWITCH DE BORDA):

12.1.1.1. Garantia

12.1.1.1.1. O Switch deverá possuir garantia do fabricante LIFETIME, possuindo cobertura de no mínimo a 60 (sessenta) meses após a descontinuação (End-of-Sale) do equipamento;

12.1.1.2. Manutenção

12.1.1.2.1. O Fabricante deverá disponibilizar gratuitamente suporte e atualização (update) dos softwares, firmwares e sistema operacional para correção de bugs e implementações de segurança durante todo o período LIFETIME. Entende-se por update, pequenas atualizações e correções de segurança (ex: v10.5 para v10.6);

12.1.1.2.2. O Fabricante deverá disponibilizar gratuitamente, de forma perpetua, upgrade dos softwares, firmwares e sistema operacional. Entende-se por upgrade, grandes atualizações que podem mudar a versão do software (ex: v10.5 para v11.0);

12.1.1.2.3. Fornecer os softwares e suas atualizações, firmwares, sistema operacional através de meio eletrônico ou magnético sem ônus adicionais;

12.1.1.2.4. Suporte telefônico para abertura de chamados em horário comercial na modalidade 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana), através de telefone gratuito disponibilizado pelo fabricante. Também deve ser disponibilizado endereço de e-mail para abertura dos chamados técnicos;

12.1.1.2.5. A garantia estende-se, ainda, aos serviços de implantação da solução, física e lógica, bem como em relação ao fornecimento os insumos necessários.

12.1.1.2.5.1. Os serviços de implantação da solução, física e lógica, com fornecimento os insumos necessários deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses.

Deve ser prestada, ainda, garantia estendida da fabricante de 3 (três) anos para Switch Core para hardware e software, com atuação em 24x7 e troca de equipamento no dia seguinte. Incluindo todo suporte que compete ao fabricante em solução de problemas tanto de hardware quanto de software/firmware.

12.1.2. Para o ITEM 2 (NOBREAK 6KVA MODULAR MONOFÁSICO SENOIDAL)

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

12.1.2.1. Garantia mínima de 12 (doze) meses, incluindo os equipamentos, insumos e serviço de instalação.

12.1.2.2. Manutenção

12.1.2.2.1. O fabricante deverá possuir rede de assistência técnica presente em Belo Horizonte.

ITEM 13 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. O contrato vigorará pelo prazo de 12 (meses) meses, a contar da data de sua assinatura e será regido pelas Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.406/2002.

13.2. Após o vencimento do contrato, prevalecerá o prazo da garantia técnica dos equipamentos, estipulado neste Procedimento, para cada equipamento fornecido, sem qualquer ônus extra ao CRCMG.

ITEM 14 – SANÇÕES E PENALIDADES POR INEXECUÇÃO OU INADIMPLEMENTO

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

14.1.5. cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o adimplemento contratado;

14.2.2. **Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar** com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

14.2.3. **Impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14.2.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.2.5. **Multa de:**

14.2.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.2.5.2. 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.5.2.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5.3. 3% (três por cento), sobre o valor total da contratação, em caso de descumprimento de obrigações assumidas consideradas de LEVE impacto, por ocorrência, conforme a graduação estabelecida nos subitens seguintes:

14.2.5.4. 5% (cinco por cento), sobre o valor total da contratação, em caso de descumprimento de obrigações assumidas consideradas de MÉDIO impacto, por ocorrência, conforme a graduação estabelecida nos subitens seguintes:

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

14.2.5.5. 10% (dez por cento), sobre o valor total da contratação, em caso de descumprimento de obrigações assumidas consideradas de GRAVE impacto, por ocorrência, conforme a graduação estabelecida nos subitens seguintes:

14.3. Na aplicação das sanções, o CRCMG levará em consideração a efetiva gravidade da conduta infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o real dano causado ao Conselho. Sendo assim, as multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente, por conveniência administrativa.

14.4. As FALTAS LEVES serão puníveis com a aplicação da penalidade de advertência e/ou multa, no percentual de 3% (três por cento) conforme estabelecido no subitem 14.2.5.3, caracterizando-se pela inexecução parcial de deveres de pequena monta, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração e a despeito delas, a regular prestação dos serviços não fica inviabilizada.

14.5. As FALTAS MÉDIAS serão puníveis com a aplicação das penalidades de advertência e multa no percentual de 5% (cinco por cento), conforme estabelecido no item 14.2.5.4, caracterizando-se pela recorrência de quaisquer FALTAS LEVES ou pela inexecução parcial ou total da obrigação que acarrete prejuízos aos objetivos da Administração, mas sem inviabilizar total ou parcialmente a execução dos serviços.

14.6. As FALTAS GRAVES serão puníveis com a aplicação das penalidades de multa no percentual de 10% (dez por cento) conforme estabelecido no item 14.2.5.5, podendo ser aplicada cumulativamente as sanções de suspensão temporária do direito de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração ou impedimento de licitar e contratar com a União, caracterizando-se pela recorrência de quaisquer FALTAS MÉDIAS ou pela inexecução parcial ou total da obrigação que acarrete prejuízos relevantes aos objetivos da Administração, inviabilizando a execução da contratação em decorrência de conduta culposa ou dolosa da contratada.

14.7. Afim de nortear na efetiva aplicabilidade das graduações que tratam nos subitens acima, será utilizada a seguinte classificação:

TIPO DE FALTA	GRAVIDADE
Veicular qualquer tipo de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Conselho.	LEVE
Abster-se de prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CRCMG, atendendo às solicitações nos prazos especificados.	LEVE
Não promover o atendimento dos chamados abertos dentro dos prazos estipulados.	LEVE
Não disponibilizar uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, bem como, endereço comercial e telefone de contato.	MÉDIA
Não providenciar a retirada dos produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções dentro do prazo estipulado neste Termo de Referência.	MÉDIA
Entregar os produtos em quantidades incompatíveis com o pedido.	GRAVE
Executar o contrato sem obedecer estritamente às condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato pactuado.	GRAVE
Não cumprir os prazos de entrega estipulados neste Termo de Referência e na Ordem de Compra/Serviço enviada pelo CRCMG.	GRAVE
Não providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo fiscal do Contrato, quanto à execução contratual.	GRAVE
Deixar de manter todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação, durante todo o período de vigência do Contrato.	GRAVE

14.7.1. As faltas cometidas pela Contratada que não se enquadrarem em nenhuma das ocorrências previstas na tabela acima, serão avaliadas caso a caso, no âmbito do Processo Administrativo.

14.7.2. Ao longo do período de vigência do contrato, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação, pela administração de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade, considerando que, o fato de a Administração releva qualquer falta, não implicará em novação.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

14.7.2.1. Aplicam-se ao contrato as disposições do item acima, na hipótese de cumprimento irregular da garantia durante seu prazo de cobertura.

14.8. Reserva-se ao CRCMG o direito de reter e compensar, dos pagamentos da contratada, as multas referidas nos subitens anteriores, assegurado o contraditório e a apresentação de defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

14.9. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.2, 14.2.3 e 14.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.10. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.10.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.10.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.10.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.14. Além das sanções acima previstas, o contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

ITEM 15 – INDICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO, SE FOR O CASO

Não se aplica.

ITEM 16 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos produtos, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do artigo 10 do Decreto nº 9.507, de 2018.

16.2. A verificação da adequação do cumprimento das obrigações da contratada deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.3. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no artigo 47 da IN nº 05/2017.

16.4. O representante do CRCMG deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.7. O Contrato será fiscalizado por empregado lotado na Gerência de Tecnologia da Informação do CRCMG.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

ITEM 17 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Fornecer o(s) equipamentos(s) e/ou serviços, objeto deste Edital, cumprindo os prazos e atendendo integralmente a todas condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2. Entregar o(s) equipamentos(s) e/ou serviços, objeto desse Edital, obedecendo aos prazos estipulados no item 5 deste Termo de Referência.

17.3. Arcar com todos os custos necessários e relacionados ao fornecimento do(s) equipamentos(s) e/ou serviços), objeto deste procedimento, tais como materiais, equipamentos, alimentação, transporte, hospedagem, instalações, mão de obra e quaisquer outros que forem pertinentes ao cumprimento do objeto, em conformidade com este Termo de Referência.

17.4. Assumir e cumprir todas as obrigações trabalhistas previstas em legislação e normas específicas, responsabilizando-se, exclusivamente, pela remuneração, encargos sociais e previdenciários, benefícios e demais despesas referentes a seus profissionais, tendo em vista que não será estabelecido nenhum vínculo empregatício ou de responsabilidade entre os profissionais disponibilizados pela contratada para execução do contrato.

17.5. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.6. Prestar garantia técnica somente por meio de profissionais especializados, em conformidade com as condições deste Termo de Referência.

17.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste procedimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, sem ônus par ao CRCMG.

17.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRCMG, atendendo de imediato às solicitações de seus representantes.

17.9. Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por danos materiais ou pessoais causados ao CRCMG e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato, decorrentes de dolo ou culpa.

17.10. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

17.11. Responsabilizar-se pela entrega do(s) equipamentos(s) e/ou serviços em perfeitas condições, assumindo todos os encargos relacionados com o transporte, sejam de ordem técnica, operacional ou fiscal.

17.12. Emitir a(s) nota(s) fiscal(is) com as devidas deduções legais, devendo ser apresentada, juntamente, com as certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

17.13. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

17.14. Cumprir todas as obrigações relacionadas à garantia dos produtos, durante seu prazo de validade, estabelecido neste Termo de Referência.

17.15. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, na forma da legislação vigente.

17.16. Submeter-se à fiscalização do CRCMG, durante a vigência do contrato e do prazo de garantia do(s) produto(s), seguindo todas as orientações repassadas e atendendo e/ou se responsabilizando pelos chamados de assistência técnica.

ITEM 18 – OBRIGAÇÕES DO CRCMG

18.1. Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento do contrato, assim como prestar, prontamente, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

- 18.2. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato.
- 18.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato, por intermédio de empregado do CRCMG designado como Fiscal do Contrato.
- 18.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) equipamentos(s) e/ou serviços entregues em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, bem como as obrigações assumidas pela empresa contratada.
- 18.5. Comunicar a contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento do(s) produto(s).
- 18.6. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

ITEM 19 – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 19.1. Os equipamentos ou serviços contratados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 19.2. Os equipamentos e serviços serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 19.3. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da entrega do produto ou execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.
- 19.4. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
- 19.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

ITEM 20 – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

ITEM 21 – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do Contratante à continuidade do contrato.

ITEM 22 – RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

- 22.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Gerência de Tecnologia da Informação (Getin) e pela Gerência Administrativa e Financeira (GEADF), em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo objeto de exame e aprovação do Ordenador de Despesa do Conselho, e passará a integrar o processo administrativo formalizado visando à instauração do certame licitatório e a efetividade da contratação.

DATA	ASSINATURA DO GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Novembro/2019	
DATA	ASSINATURA DO GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Novembro/2019	
DATA	ASSINATURA DO PRESIDENTE DO CRCMG
Novembro/2019	

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

Ao
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

(E-MAIL): _____

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a(s) seguinte(s) proposta(s) de preços.

ITEM 1	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	QUANTIDADE
Switch de distribuição CORE	2
Garantia estendida da fabricante de 3 anos para Switch Core	2
Fontes de alimentação interna redundante	4
Modulo de empilhamento Switch	2
Cabo de empilhamento	2
Transceiver 10GB SFP LC SR	4
Módulo Transceiver	2
Cabo console RJ45 para DB9	2
Cabo serial AP-CBL-SER RAP-3	2
Serviços de implantação da solução, física e lógica, com fornecimento dos insumos necessários. Serão aceitos os insumos equivalentes fornecidos no próprio equipamento que façam parte do projeto original do fabricante.	1
Suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva da solução por período de 12 (doze) meses.	1
Demais insumos exigidos no TR	-
Switch de BORDA	5
Transceiver Gigabit	10
Serviços de implantação da solução, física e lógica, com fornecimento dos insumos necessários. Serão aceitos os insumos equivalentes fornecidos no próprio equipamento que façam parte do projeto original do fabricante.	1
Suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva da solução por período de 12 (doze) meses.	1
Demais insumos exigidos no TR	-
VALOR TOTAL DA SOLUÇÃO	R\$ xxxx(yyyyy)

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

ITEM 2	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	QUANTIDADE
Nobreak 6KVA modular monofásico senoidal com bancos de bateria	2
Quadro de alimentação para Nobreak conforme TR	1
Serviço de instalação dos Nobreaks, bancos de bateria e quadro de alimentação	1
VALOR TOTAL DA SOLUÇÃO	R\$ xxxx(yyyyy)

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias.

Condições de pagamento: O CRCMG efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, com as devidas deduções legais, bem como das certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

Serão descontados sobre os pagamentos a serem realizados, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

Submetemo-nos a todas as condições do Edital nº 019/2019, inclusive quanto ao cumprimento na íntegra do respectivo Termo de Referência - Anexo I.

Dados bancários da empresa:

Banco:
Agência:
Número da conta:

Dados do representante legal da empresa, responsável pela assinatura do Contrato:

Nome:
Função:
CPF:
Telefone/Fax:
Endereço Eletrônico (e-mail):

_____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal da empresa

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Contrato de aquisição de equipamentos de informática, que entre si fazem, de um lado, o **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Cláudio Manoel, 639, Bairro Savassi, inscrito no CNPJ/MF sob o número 17.188.574/0001-38, representado por seu presidente, Contador XXXXXXXXXXXXXXXX, de ora em diante denominado CRCMG, e, de outro, XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede em XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, na Rua/AVXXXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, neste ato representado por seu representante legal, XXXXXXXXXXX, de ora em diante denominada CONTRATADA, sujeitando as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93, Lei nº 10.520, de 17/7/2002, Lei Complementar nº 123, de 13/12/2006 e Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, com aplicação subsidiária da Lei nº 10.406 de 2002, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de produtos de informática, conforme discriminação individualizada dos itens, condições e especificações estabelecidas no Edital nº 019/2019 e seu Anexo I – Termo de Referência.

1.2. Integram este contrato o Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 019/2019 e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CRCMG

2.1. As obrigações da CONTRATADA e do CRCMG são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital Pregão Eletrônico nº 019/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1. Pelo(s) equipamento(s) adquirido(s), constante do objeto do contrato, o CRCMG pagará à CONTRATADA o valor discriminado na tabela abaixo:

ITEM 1	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	QUANTIDADE
Switch de distribuição CORE	2
Garantia estendida da fabricante de 3 anos para Switch Core	2
Fontes de alimentação interna redundante	4
Modulo de empilhamento Switch	2
Cabo de empilhamento	2
Transceiver 10GB SFP LC SR	4
Módulo Transceiver	2
Cabo console RJ45 para DB9	2
Cabo serial AP-CBL-SER RAP-3	2
Serviços de implantação da solução, física e lógica, com fornecimento dos insumos necessários. Serão aceitos os insumos equivalentes fornecidos no próprio equipamento que façam parte do projeto original do fabricante.	1
Suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva da solução por período de 12 (doze) meses.	1

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

Demais insumos exigidos no TR	-
Switch de BORDA	5
Transceiver Gigabit	10
Serviços de implantação da solução, física e lógica, com fornecimento dos insumos necessários. Serão aceitos os insumos equivalentes fornecidos no próprio equipamento que façam parte do projeto original do fabricante.	1
Suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva da solução por período de 12 (doze) meses.	1
Demais insumos exigidos no TR	-
VALOR TOTAL DA SOLUÇÃO	R\$ xxxx(xxxxx)

ITEM 2	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	QUANTIDADE
Nobreak 6KVA modular monofásico senoidal com bancos de bateria	2
Quadro de alimentação para Nobreak conforme TR	1
Serviço de instalação dos Nobreaks, bancos de bateria e quadro de alimentação	1
VALOR TOTAL DA SOLUÇÃO	R\$ xxxx(xxxxx)

3.2. O desembolso das despesas correrá por meio de dotação orçamentária própria, sob a rubrica 6.3.2.1.03.01.006.

3.4. Serão descontados sobre os pagamentos a serem realizados, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

3.5. Os valores estipulados acima são fixos, não comportando qualquer correção no curso de vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O CRCMG efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal com as devidas deduções legais.

4.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.1.2. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2. Serão descontados sobre o pagamento a ser realizado, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

4.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

4.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

4.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

4.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

4.10. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

4.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \\ I = 0,00016438$$

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura e será regido pelas Leis nº 10.520/2002, nº 8.666/93 e pelo Código Civil Brasileiro.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	451/2019
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	019/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1. O contrato será acompanhado e fiscalizado conforme critérios e condições estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital Pregão Eletrônico nº 019/2019, por funcionário lotado na Gerência de Tecnologia da Informação do CRCMG.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital Pregão Eletrônico nº 019/2019.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Minas Gerais, para dirimir as questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito.

Belo Horizonte, XX de XXXXXX de 2019.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS
Contador XXXXXXXX

EMPRESA XXXX
XXXXXXXXX – XXXXXXXX

Testemunhas

Assinatura: _____

Assinatura: _____

CPF: _____

CPF: _____